

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO



Atena
Editora

Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-040-4
DOI 10.22533/at.ed.404211405

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MULHERES QUILOMBOLAS DE BARRINHA- SFI- RJ: NA LUTA E (RE)EXISTÊNCIA POR SUA LEGITIMAÇÃO COMO CATADORAS DE OSTRAS

Márcia Moreira de Araújo

Leandro Garcia Pinho

DOI 10.22533/at.ed.4042114051

CAPÍTULO 2..... 19

INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA NA UFPB: UM ESTUDO DOCUMENTAL SOBRE AS AÇÕES DO COMITÊ DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Ana Cristina Silva Daxenberger

Maria Sônia Lopes da Silva

Nielson Firmino de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4042114052

CAPÍTULO 3..... 33

IMAGENS E SINAIS: UMA PROPOSTA DE ENSINO COLABORATIVO PARA SE COMPREENDER A OBRA *OS SERTÕES* NA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Márcio Araújo de Almeida

Matheus Anacleto da Silva

Paulo Augusto Tamanini

DOI 10.22533/at.ed.4042114053

CAPÍTULO 4..... 50

JOGOS DIDÁTICOS: *HOJE É ... DIA DE BRINCAR !!!*

Leonice Elci Rehfeld Nuglisch

Lucia Oliveira de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.4042114054

CAPÍTULO 5..... 57

O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ESPAÇO *FITNESS*: O ACOLHIMENTO DA PRESENÇA

Robenilson Nascimento dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.4042114055

CAPÍTULO 6..... 73

O DESAFIO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Elida Carolina Almeida Roque

Felippe Wanderley da Costa

Fernanda Gonçalves da Silva

Lohane Miranda da Silva

Lohrena Teixeira Cardoso de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.4042114056

CAPÍTULO 7	82
O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA ATRAVÉS DE ATIVIDADES DESAFIADORAS EM UM ALUNO COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	
João Marcos Cristiano Tomaz	
Edêlma Targino	
DOI 10.22533/at.ed.4042114057	
CAPÍTULO 8	96
O PAPEL DO AFETO NO DESENVOLVIMENTO DO AUTISTA	
Maria Paula Rodrigues de Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.4042114058	
CAPÍTULO 9	107
O ENSINO DE MATEMÁTICA ATRAVÉS DO SOROBAN: UM RECURSO CONCRETO QUE PODE SER UTILIZADO POR TODOS	
Raffaela de Menezes Lupetina	
Margareth Oliveira Olegário	
DOI 10.22533/at.ed.4042114059	
CAPÍTULO 10	117
O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO	
Sabrina dos Santos Silva de Almeida	
Rágina Candido da Silva Costalonga	
Isabel Cristina Polonine	
Leonardo Barreto da Costa	
Cristiano de Assis Silva	
DOI 10.22533/at.ed.40421140510	
CAPÍTULO 11	130
OS DIREITOS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Luciene Cristina de Assis	
Elivania Cristina de Assis Ananias	
DOI 10.22533/at.ed.40421140511	
CAPÍTULO 12	138
O USO DE TDIC NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Suellen Teixeira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.40421140512	
CAPÍTULO 13	149
OS PROBLEMAS RELACIONADOS A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Leylyane da Conceição Gomes Ferreira	
Katia de Souza Merence	
Vanda das Neves Gomes	

Rayane Batista de Moraes
Graciema da Cruz Silva
DOI 10.22533/at.ed.40421140513

CAPÍTULO 14..... 161

PAIS SURDOS – ESCOLA OUVINTE: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

Giseli de Oliveira Fonseca
Edmar Reis Thiengo

DOI 10.22533/at.ed.40421140514

CAPÍTULO 15..... 181

POETIZAR A CEGUEIRA: O FILME *VERMELHO COMO O CÉU* E A EDUCAÇÃO COM O SONORO

Glauber Resende Domingues

DOI 10.22533/at.ed.40421140515

CAPÍTULO 16..... 192

PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO POR MEIO DE JOGOS PEDAGÓGICOS COM ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL DIPARÉTICA: ESTUDO DE CASO

Marciana dos Santos Silva Ventura
Katia Gonçalves Castor

DOI 10.22533/at.ed.40421140516

CAPÍTULO 17..... 204

RETRATOS, VIVÊNCIAS E APRENDIZAGENS

João Paulo Apolari
Ana Paula Ferreira de Melo Morgado
Thaís Casemiro Flores
Marta de Fátima Silva Forsan
Ivanete de Oliveira Dorta

DOI 10.22533/at.ed.40421140517

CAPÍTULO 18..... 213

O SERVIÇO SOCIAL DESENVOLVIDO NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE)

Alexsandra do Socorro Farias Fernandes
Kleber Vinicius G. Feio
Dayane Cereja Ferreira da Silva
Ivana Lia Rodrigues de Carvalho
Raimunda da Silva Santana
Marlene Ribeiro Reis
Mariana do Ó Teixeira Santos
Beatriz Ribeiro Reis

DOI 10.22533/at.ed.40421140518

CAPÍTULO 19..... 226

REFLEXÕES ACERCA DA MOBILIDADE URBANA: DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE

Andreia da Silva Neto

Sheila Venancia da Silva Vieira
DOI 10.22533/at.ed.40421140519

CAPÍTULO 20.....234

SOCIEDADE E DIREITO: MANUTENÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS E A IMPORTÂNCIA DA PROMOÇÃO DA MULHER

Júlio César Pinheiro do Nascimento
Samuel Henrique

DOI 10.22533/at.ed.40421140520

CAPÍTULO 21.....242

TRAJETÓRIA DE VIDA, AUTOETNOGRAFIA E GÊNERO: RESSIGNIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA A PARTIR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

Aparecida de Fátima Pereira Balbina
Márcia Maria de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.40421140521

CAPÍTULO 22.....253

UMA COMPREENSÃO ACERCA DO PAPEL DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS À COMUNIDADE SURDA: PERSPECTIVAS TEÓRICO-REFLEXIVAS

Luan Tarlau Balieiro

DOI 10.22533/at.ed.40421140522

CAPÍTULO 23.....260

VIOLÊNCIA A PESSOAS NA ESCOLA

Maria Vera Lúcia da Rocha Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.40421140523

CAPÍTULO 24.....273

VALORIZANDO A DIVERSIDADE CULTURAL: OFICINA DE ABAYOMIS

Pâmela Camile Silva Benevenuto Rodrigues
Milena Moreira de Oliveira
Aparecida Fátima Camila Reis

DOI 10.22533/at.ed.40421140524

CAPÍTULO 25.....279

STARTUP EDUKANET: UMA PROPOSTA DE SISTEMA EDUCACIONAL E TECNOLÓGICO PARA SURDOS

Nathalia da Silva Castro
Giseli de Oliveira Fonseca
Anilton Salles Garcia

DOI 10.22533/at.ed.40421140525

CAPÍTULO 26.....290

CURRÍCULO E CULTURA SURDA: A EDUCAÇÃO BICULTURAL EM QUESTÃO

Cauê Jucá Ferreira Marques
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.40421140526

CAPÍTULO 27.....	297
EDUCAR NO CÁRCERE: FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES	
Luana Soares Pereira	
Marilde Chaves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.40421140527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	308
ÍNDICE REMISSIVO.....	309

EDUCAR NO CÁRCERE: FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES

Data de aceite: 03/05/2021

Data de submissão: 12/02/2021

Luana Soares Pereira

Universidade Federal do Piauí-UFPI
Florianópolis-PI

<http://lattes.cnpq.br/9429843413200407>

Marilde Chaves dos Santos

Universidade Federal do Piauí-UFPI
Florianópolis-PI

<http://lattes.cnpq.br/2179122036665329>

RESUMO: O presente trabalho versa sobre a educação em estabelecimentos penais. O texto é parte de uma pesquisa maior, realizada durante um Trabalho de Conclusão de Curso, que se caracterizou por ser de abordagem qualitativa, descritiva, bibliográfica e de campo. O recorte, aqui apresentado, objetiva apresentar os aspectos legais da educação em espaços de privação de liberdade, destacando bases legais que subsidiam essa educação nos âmbitos internacional, nacional e estadual. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, constatou-se que ao longo dos anos a temática de educação nas prisões tem ganhado visibilidade no cenário legal. Observou-se que durante muitos anos as pessoas privadas de liberdade foram “esquecidas” no que tange à educação. Desse modo, a educação nos estabelecimentos penais pode ser considerada um “assunto recente” no cenário legal. Contudo, atualmente, vê-se

esforços dos governos estaduais empregados no sentido de implementar e executar políticas públicas, que, aliadas à legislação nacional, favoreçam o desenvolvimento das atividades educacionais dentro dos espaços de reclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação prisional. Legislação.

EDUCATING IN JAIL: LEGAL BASIS OF THE EDUCATION IN PRISONS

ABSTRACT: The present work deals with education in penal institutions. The text is part of a larger research, a Final Paper, which was characterized by being of a qualitative, descriptive, bibliographic, and field approach. The purpose of this work was to investigate the prison education policies developed at the Gonçalo de Castro Lima Penitentiary, located in the city of Florianópolis-PI. The excerpt presented here is part of the theoretical body of the research, aiming to discuss the legal aspects of education in places of deprivation of liberty, highlighting the legal bases that subsidize this education at the international, national and state levels. As a result, it was found that over the years the theme of education in prisons has gained visibility in the legal scenario. It was observed that for many years people deprived of their liberty were “forgotten” with regard to education, since education in penal institutions can be considered a “recent issue” in the legal scenario. However, currently, it can be seen that state governments are making efforts to implement and execute public policies, which, together with national legislation, favor the development of educational activities within the

confinement spaces.

KEYWORDS: Education. Prison education. Legislation.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a Educação é um direito público subjetivo, compreende-se que deva ser assegurada a todos. Sendo um direito inerente ao indivíduo e inalienável, é responsabilidade do Estado garantir aos sujeitos a efetivação deste direito, podendo tal indivíduo reivindicar tal garantia, caso seja lesado. Assim, do ponto de vista legal, a Educação pode ser classificada como um direito econômico, social e cultural, bem como civil e político, por isso considerada como direito de síntese, visto que este potencializa todos os outros (GRACIANO, 2005).

Desse modo, as pessoas privadas de liberdade devem ter esse direito assegurado assim como qualquer outra pessoa, o que desmitifica a ideia de que a educação ofertada a esse público é um privilégio ou mesmo um prêmio de consolação. Acerca disso, Teixeira (2007, p.15) explicita que “o princípio fundamental que deve ser preservado e enfatizado é que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento.”

Na mesma direção, Julião (2007) destaca a efetivação da oferta de educação em espaços de reclusão como um direito da pessoa privada de liberdade. De acordo com o autor, o ato de tirar da ociosidade uma grande massa da população carcerária, levando-a à sala de aula, não constitui privilégio, como muitos defendem, mas constitui uma proposta que responde ao direito de todos à educação. (JULIÃO, 2007, p.5)

Mayer (2006) concorda com o pensamento desses autores e estende a defesa do direito a educação a todos os jovens e adultos

A educação de adultos não é uma segunda chance de educação. Não é uma segunda e provavelmente última oportunidade de se fazer parte da comunidade de letrados, aqueles que estudaram e têm conhecimento. Também não é um prêmio de consolação ou um tipo de educação reduzida a ser oferecida àqueles que, por razões sociais, familiares ou políticas, não foram capazes de tê-la durante a infância. *Não é uma educação pobre para pobres.* (MAYER, 2006, p. 21, grifo nosso)

Além de enfatizar a educação como direito universal o autor defende uma educação de qualidade a todos indistintamente, quando diz “*não é uma educação pobre para pobres*”. Dessa maneira, entendemos que todos têm direito ao acesso, do mesmo modo que à qualidade em educação, seja público do ensino regular, jovens e adultos em situação de privação de liberdade ou não.

Com base no exposto, o presente trabalho pretende apresentar os aspectos legais da educação em espaços de privação de liberdade, destacando bases legais que subsidiam essa educação nos âmbitos internacional, nacional e estadual. O texto é parte

de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que versa sobre a temática de educação nas prisões, tendo como objetivo investigar as políticas de educação prisional desenvolvidas na Penitenciária Gonçalo de Castro Lima, localizada na cidade de Floriano-PI.

O trabalho surgiu a partir de um interesse pessoal em obter informações acerca da educação desenvolvida no referido estabelecimento penal, pois poucas informações sobre a instituição são tornadas públicas. Destarte, surgiram várias indagações, que culminaram na execução da pesquisa. O recorte em tela apresenta parte do referencial teórico, tratando acerca dos aspectos legais da educação em espaços de privação de liberdade.

A metodologia usada nesse recorte correspondeu à parte da pesquisa bibliográfica da pesquisa. Para Lakatos e Marconni (2003, p. 183), este tipo de pesquisa “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc”. Neste caso em particular foi feito uso de artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, dentre outros; com destaque para os autores Graciano (2005, 2010), Julião (2007) e Mayer (2006). Os textos foram selecionados e organizados em função de atender os objetivos previstos. Foram consultados ainda, documentos legais de alcance internacional, nacional e estadual que versam sobre o tema em estudo.

EDUCAÇÃO EM PRISÕES E AS LEGISLAÇÕES

Conforme já explicitado, a educação constitui-se como um direito universal. São vários os documentos legais que preveem e asseguram esse direito, nos âmbitos internacional, nacional e estadual.

No âmbito internacional se destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. De acordo com o documento “*todo homem tem direito à educação*”, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. O texto do Art. 26 do documento ainda apresenta outras orientações, como a destacada a seguir:

Todo homem tem direito a educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será generalizada; o acesso aos estudos superiores será igual para todos, em função dos méritos respectivos.

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. (...) (ONU, 1948)

Ainda se destacam no plano internacional a Declaração Mundial de Educação para Todos, a Convenção contra a Discriminação no Ensino, Declaração e Plano de Ação de Viena, Agenda 21, Declaração de Copenhague, Plataforma de ação de Beijin, Afirmação de Aman e Plano de Ação para o Decênio das Nações Unidas para a Educação na Esfera

dos Direitos Humanos. (OLIVEIRA, 2013)

Ainda vale a pena citar no âmbito internacional as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, documento elaborado pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes e aprovado pelo Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas) no ano de 1955, em Genebra. (OLIVEIRA, 2013 e GRACIANO, 2010). O documento, em seu Art. 77, trata de maneira específica a questão da educação em espaços de reclusão, asseverando que:

Serão tomadas medidas para melhorar a educação de todos os presos em condições de aproveitá-la, incluindo instrução religiosa nos países em que isso for possível. A educação de analfabetos e presos jovens será obrigatória, prestando-lhe a administração especial atenção. Tanto quanto possível, a educação dos presos será integrada ao sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar a sua educação sem problemas. (ONU, 1955)

Vê-se que o documento em questão inclui a instrução religiosa no rol das medidas educativas a serem desenvolvidas no ambiente prisional, indicando também a obrigatoriedade da educação de jovens reclusos, bem como de analfabetos. Além disso, de acordo com o documento, deve ser conferida “atenção especial” a educação nos espaços de reclusão, devendo integrar o sistema educacional do país.

Em se tratando da legislação nacional, a começar pela Constituição Federal (1988), a questão da educação prisional está assegurada no Art. 205, que garante a todas as pessoas, indistintamente, o direito à educação ao afirmar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996 no Art. 37, assegura o acesso obrigatório e gratuito à educação básica, incluindo àqueles que não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1996). No entanto, não há nenhuma orientação específica na LDB que se refira à oferta da educação às pessoas reclusas. Sendo assim, subentende-se que a educação no ambiente prisional integra a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), não havendo orientações específicas sobre a educação nos estabelecimentos penais. A esse respeito Graciano e Schilling (2008), destacam que a educação nos presídios brasileiros apresenta status de invisibilidade, pelo fato de a educação nos estabelecimentos penais não ser ao menos mencionada na LDB.

No que diz respeito especificamente à educação em espaços de reclusão, existe a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 11/07/1984). Esta é mais clara sobre o tema, quando em seus artigos 17 ao 21, prevê a assistência educacional a população carcerária, consistindo em instrução escolar e formação profissional dos reclusos, como se pode

observar a seguir:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (BRASIL, 1984)

Além da assistência educacional, a Lei de Execução Penal (LEP) em seu Art. 10, assegura aos reclusos a assistência material, assistência à saúde, jurídica, social e religiosa. De acordo com o documento a “assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.” (BRASIL, 1984). A partir desse dispositivo legal, começa-se a vislumbrar os encaminhamentos para garantir a educação aos reclusos.

Como visto anteriormente, a assistência educacional em espaço de reclusão nos Arts. 17 ao 21 da LEP é apresentada de forma mais expressiva do que nas leis mais gerais que tratam da educação. Apesar disso, ainda subsiste diversas lacunas quanto aos objetivos e organização da educação nesses espaços. Vê-se até aqui que a educação em espaços de privação de liberdade é amparada legalmente, no entanto, a educação nas prisões, até este momento, prevalece como um tema obscuro, visto que os documentos supracitados não apresentam profundidade ao tratar sobre a educação no ambiente prisional.

Nesse cenário, objetivando orientar pedagogicamente a educação escolar ofertada nos estabelecimentos penais, é que se apresentam as Diretrizes Nacionais para a Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade¹, aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça do Brasil no ano de 2009, e ratificada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no ano seguinte. As diretrizes compreendem orientações mais detalhadas quanto à educação a ser desenvolvida no ambiente prisional, tratando acerca de sua organização, financiamento, formação dos profissionais de educação, planejamento das ações educativas, dentre outras.

Acerca das ações educativas em espaço de reclusão o referido documento em seu 2º artigo, expressa que:

1 Resolução nº 2 de 19 de maio de 2010

As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança. (BRASIL, 2010)

Nota-se que as diretrizes conclamam tanto para a observância da legislação de alcance mais amplo, como os tratados internacionais e também para o atendimento às especificidades de cada situação prisional. No mesmo documento, vão sendo levantadas questões de cunho mais conceituais na medida em que expressam uma visão mais ampla do que seria a educação, não se restringindo somente ao processo que ocorre em escolas. É dentro que dessa lógica que o Art. 12, prevê nos espaços de reclusão as ações de educação não-formal, além da educação escolar.

O planejamento das ações de educação em espaços prisionais poderá contemplar, além das atividades de educação formal, propostas de educação não-formal, bem como de educação para o trabalho, inclusive na modalidade de Educação a Distância, conforme previsto em Resoluções deste Conselho sobre a EJA. (BRASIL, 2010).

Se por um lado a legislação orienta a existência de dois dos três modelos de educação (formal, não formal), bem como a orientação para o trabalho, por outro não deixa de se preocupar o aspecto mais formal da educação, que ocorre nas instituições de ensino. É nesse contexto que as Diretrizes Nacionais para a Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade, estabelecem que os Estados e municípios, além do Distrito Federal, deverão incluir nos seus planos de educação objetivos e metas direcionadas a educação em espaços de privação de liberdade. (BRASIL, 2010)

Com base no exposto, pode-se constatar que a educação nos espaços de reclusão é um “assunto recente” no cenário legal brasileiro. Nos atemos a registrar, novamente, as datas de instituição das legislações brasileiras, mencionadas anteriormente, para evidenciar que durante muitos anos as pessoas em situação de privação de liberdade foram “esquecidas” no que respeita a educação, no cenário legal.

Vimos que a Lei de Execução Penal (LEP), que garante ao preso a assistência material, assistência educacional, assistência à saúde, jurídica, assistência social e religiosa, é instituída no ano de 1984, pouco mais de uma década depois é aprovada a Lei Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96), no ano de 1996, assegurando a todos o acesso obrigatório e gratuito à educação básica, incluindo “àqueles que não tiveram acesso na idade própria”, no entanto não apresenta diretrizes específicas acerca da assistência às pessoas privadas de liberdade.

Mesmo a assistência educacional destinada às pessoas em situação de privação de liberdade sendo mencionada na LEP, anterior até mesmo à Constituição Federal de 1988,

a educação em prisões segue como um tema “obscuro” na legislação brasileira. Apenas no ano de 2010, dezesseis anos após a aprovação da LDB e vinte e seis anos depois da promulgação da LEP, é aprovada as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade (BRASIL, 2010), o documento compreende orientações mais claras e específicas quanto à educação a ser desenvolvida no ambiente prisional, tratando acerca de sua organização, financiamento, formação dos profissionais de educação, planejamento das ações educativas, dentre outras.

No que tange a educação em prisões no âmbito estadual cabe pontuar alguns aspectos. Conforme explicitado anteriormente, legalmente os estados possuem autonomia na elaboração e implementação de políticas públicas que regulamentem a educação escolar desenvolvida nas prisões. Essas medidas devem considerar as especificidades dos regimes penais de cada Estado da federação.

Em se tratando da Unidade Federativa, onde foi realizada a pesquisa em tela, o Estado do Piauí, constatou-se que a educação prisional se encontra no âmbito de duas secretarias de Estado: a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e a Secretaria Estadual de Justiça do Piauí (SEJUS). Em parceria, estas secretarias elaboraram o Plano Estadual de Educação nas Prisões, publicado em 2015. O documento objetiva a ampliação e qualificação da oferta de educação nos estabelecimentos penais, nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, versando acerca de diversas questões, como as atribuições e competências da educação escolar nas prisões piauienses, gestão, financiamento, qualificação profissional, avaliação, infraestrutura, dentre outras. (PIAUÍ, 2015).

O processo de elaboração do plano iniciou-se no ano de 2011 tendo como marco inicial a contratação de uma consultoria para realização do diagnóstico da situação educacional nos presídios no estado. Entre os anos de 2011 e 2015 foram realizados três seminários, compreendendo as etapas de elaboração e discussão do documento. O I Seminário contou com a participação de professores, gerentes de presídios, agentes penitenciários, assistentes sociais, diretores e coordenadores pedagógicos das escolas certificadoras, técnicos das Gerências Regionais de Educação e membros do Conselho Estadual de Educação, tendo como objetivo discutir a respeito da democratização do acesso à Educação Básica nos presídios, elevação do padrão de qualidade da educação nas unidades prisionais, valorização dos profissionais que atuam nas unidades prisionais e consolidação do regime de colaboração entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Justiça. (PIAUÍ, 2015).

O I Seminário serviu de base para orientar a elaboração do Plano Estadual de Educação nas Prisões, realizada no II Seminário. Na ocasião foram convidadas diversas instituições como: Delegacia Regional do Trabalho, Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, Conselho Estadual de Educação e Universidade Federal do Piauí (UFPI). Após sua elaboração, o documento foi enviado à Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Justiça, para análise. Já o III Seminário foi realizado visando a discussão do

recém elaborado Plano Estadual de Educação nas Prisões. Para o evento foram convidados a Comissão de Direitos humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Comissão de Segurança Pública e Direito Penitenciário, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Sindicato dos Agentes Penitenciários e Servidores da Secretaria de Justiça e da Segurança Pública do Piauí, Ministério Público, Conselho Estadual de Educação, Instituto Superior de Educação Antonino Freire, Defensoria Pública, Associação Geral do Pessoal Penitenciário do Estado do Piauí, Secretaria de Assistência Social e Cidadania, Secretaria Estadual de Inclusão da pessoa com Deficiência, e Vara de execução Penal. (PIAUÍ, 2015).

Dentre as principais dificuldades encontradas para oferta de educação formal nas prisões do Estado, o documento destaca:

- a) Grande rotatividade de alunos, que dificulta uma informação precisa a cada ano no Censo Escolar, como: o movimento da vida escolar dos alunos, se aprovado, retido desistente e falecido.
- b) Um número significativo de reincidentes que ao retornar ao presídio querem voltar à sala de aula a qualquer hora.
- c) A chegada de novos presos a qualquer hora que querem ir pra sala de aula não sendo possível devido ao período de matrícula da rede estadual, e estes na sua grande maioria não trazem transferência.
- d) A não existência de comprovação de escolaridade anterior para fazer a matrícula que sempre é feita com base na informação verbal e quando o aluno sai do sistema dificulta a emissão da documentação referente à vida escolar devido à falta de notas anteriores. (PIAUÍ, 2015)

Todos esses fatores impossibilitam a certificação dos alunos, quando saem do sistema prisional, o que se constitui em entraves para que se possa ter um quadro mais real dessa modalidade de ensino, bem como de uma avaliação mais próxima da realidade, que permita intervenções; nas quais, de fato, possam contribuir para melhorar essa modalidade de ensino.

Ainda sobre as dificuldades observadas na educação prisional, o documento desta que:

- e) Em 2015 criaram-se estratégias de após a matrícula inicial, aplicar avaliação diagnostica em todos os alunos para classificar e matricular na etapa correta, mas não foi possível devido ao desinteresse dos alunos em responder as avaliações, bem como a não retirada de alunos das celas, por parte de alguns agentes penitenciários.
- f) O prejuízo diário no tempo de aula devido o atraso entre a retirada de alunos das celas e o início da aula, motivado pelo tempo da troca de plantões dos agentes.
- g) A falta de obediência às regras da Unidade Prisional inviabiliza a frequência em atividades educacionais ofertadas. (PIAUÍ, 2015).

Observa-se que as dificuldades acima listadas relacionam fatores intra e extra sala de aula, ou seja, fatores externos acabam por influenciar diretamente o desenvolvimento das atividades em sala de aula, o que pode ainda comprometer todo o processo educativo dos reclusos que aderem as atividades escolares dentro dos estabelecimentos penais.

Diante dessas constatações apresentadas, o Plano Estadual de Educação nas Prisões aponta estratégias pensadas para ultrapassar os desafios. Assim, o documento destaca que em 2015, foram criadas estratégias para a realização de uma avaliação durante a matrícula inicial dos reclusos na educação formal, tratava-se de avaliação diagnóstica a ser aplicada a todos os alunos que manifestassem interesse em participar das atividades de educação formal nas instituições penais do Estado do Piauí. O objetivo consistia em classificar os alunos de acordo com as respostas e matricular na etapa correta, mas não foi possível devido ao desinteresse dos alunos em responder avaliações, assim como a não retirada de alunos das celas, por parte de alguns agentes penitenciários.

Vale ressaltar que o Plano Estadual de Educação nas Prisões, aponta explicitamente, a necessidade de um pedagogo para atuar diretamente no acompanhamento dos professores em cada unidade prisional do estado. No entanto, não traz informações claras quanto à atuação do pedagogo nesses espaços. Quanto ao financiamento, a aquisição de material pedagógico e imobiliário é responsabilidade do tesouro estadual, já o custeio das ações de formação continuada, aquisição de livros para as bibliotecas e livro didático e, também, a elaboração do plano de educação em prisões são realizados pelo Governo Federal.

O texto menciona ações de formação continuada, no entanto, não há plano institucionalizado para oferta de cursos de formação inicial e continuada para os profissionais da educação. O que existe são cursos de formação destinados aos profissionais do Sistema Penitenciário e Execução Penal, realizados pela Academia de Formação e Capacitação Penitenciária (ACADEPEN/SEJUS-PI). A inexistência de programas de capacitação para os docentes nas penitenciárias piauienses destoa do que são legalmente dispostas nas Diretrizes Nacionais para a Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade, conforme o caput do Art. 11, o qual orienta que “educadores, gestores e técnicos que atuam nos estabelecimentos penais deverão ter acesso a programas de formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades da política de execução penal” (BRASIL, 2010).

Há de se destacar, que através do documento, as Secretarias Estaduais de Educação e Justiça do Piauí reconhecem a deficiência do acompanhamento pedagógico da educação escolar nos presídios piauienses, não havendo um Projeto Político Pedagógico (PPP) específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo apresentado, compreendemos a pessoa privada de liberdade como “um sujeito de direitos”. O estudo põe em evidência o direito universal à educação, instituído por meio de documentos legais a nível nacional e internacional, o que ratifica o direito que as pessoas em situação de privação de liberdade possuem de acesso à educação, assim como qualquer outra pessoa. Por meio do mesmo, constatamos que no Brasil a educação nos espaços de reclusão é um “assunto recente” no cenário legal. Durante muitos anos, as pessoas privadas de liberdade foram “esquecidas” no que respeita à educação, pois a assistência educacional nos espaços de reclusão ainda se constitui sob uma névoa de incertezas, visto que não se apresentavam orientações claras do ponto de vista legal a respeito dessa assistência.

No cenário estadual, vimos que logo após a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos Privados de Liberdade, no ano de 2010, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em parceria com a Secretaria Estadual de Justiça do Piauí (SEJUS) do Estado do Piauí se mobilizam no intuito de elaborar um documento que regulamentasse a educação escolar desenvolvida nas prisões, a saber: o Plano Estadual de Educação nas Prisões, publicado no ano de 2015.

Assim, aos poucos, as pessoas privadas de liberdade “ganham visibilidade”, quando falamos em educação e passam a ter seus direitos assegurados. Contudo, torna-se necessário que se reivindique a execução de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento das atividades educacionais dentro dos espaços de reclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de abril de 2018.

_____. Lei Federal nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. **Lei de execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 30 de Abril de 2018.

_____. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos**. Resolução nº 2 de 19/05/2010 / CNE - Conselho Nacional de Educação (D.O.U. 20/05/2010). Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/214297-diretrizes-nacionais-para-a-oferta-de-educacao-para-jovens-e-adultos-dispue-sobre-as-diretrizes-nacionais-para-a-oferta-de-educacao-para-jovens-e-adultos-em-situacao-de-privacao.html> Acesso em: 20 de abril de 2019.

GRACIANO, Mariângela. **A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28012011-140835/pt-br.php>. Acesso em: 14 de Maio de 2018.

GRACIANO, Mariângela. SCHILLING, Flávia. **A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades**. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.25, p.111-132, 2008. Disponível em: <http://www.cmv-educare.com/wp-content/uploads/2012/07/Graciano-e-Schilling-2008.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Os sujeitos da educação de jovens e adultos privados de liberdade: questões sobre a diversidade.** Revista Salto para o Futuro: EJA e Educação Prisional. Boletim 06, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisional.pdf Acesso em: 11 de junho de 2018.

MAEYER, Marc de. **Na prisão existe a perspectiva da educação ao longo da vida?** *Revista de Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização e Cidadania.* Brasília: RAAAB/ UNESCO/ Governo Japonês, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ue000205.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2018.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. **A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG).** São Paulo, 2013. Disponível em: www.scielo.br/pdf/aop894. Acesso em: 18 de Maio de 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas: em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> Acesso em: 18 de Maio de 2018.

PIAÚÍ. Secretaria de Estado da educação (SEDUC)/ Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS) **Plano Estadual de Educação nas prisões.** Teresina, 2015. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgpc/acoes-de-educacao/planoprisesfinalizado2015-pi.pdf>. Acesso em: Abril de 2019.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e avanços.** Revista Salto para o Futuro: EJA e Educação Prisional. Boletim 06, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/saltopfuturo_edprisional.pdf. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MÁRCIA MOREIRA DE ARAÚJO - Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)-RJ. Professora do Mestrado Acadêmico em Ciência, Tecnologia e Educação de São Matheus - ES. Possui graduação em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário São Camilo - ES (2002) e Pedagogia pela UNIG-RJ. Mestrado em Educação pelo PPGE - Universidade Federal do Espírito Santo (2010) e doutorado em Educação PPGE- Universidade Federal do Espírito Santo (2016). Atualmente é professor da Educação básica - Secretaria Municipal de educação de Piúma, professor pesquisador do SEAD-UFES graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, orientador - Secretaria de Estado da Educação do ES. Tem experiência na área de Educação ambiental, com ênfase em Ecologia, atuando principalmente nos seguintes temas: formação docente, complexidade, transversalidade, ed ambiental, formação, inclusão tecnológica, educação, inclusão, acessibilidade, educação e alfabetização, aprendizagem e inclusão. Pesquisa atualmente questões antropológicas de mulheres quilombolas catadoras de ostras na Baixada Fluminense. Pesquisadora do NIPEEA-UFES e do Programa Mulheres na Pesca- UENF- RJ.

CARLOS JORDAN LAPA ALVES - Doutorando e Mestre em Cognição e Linguagem (Conceito 5) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF.. Licenciado em História pelo Centro Universitário São Camilo - ES. Tem experiência na área de História com ênfase em Sociologia Histórica. Atualmente desenvolve pesquisas sobre Análise de Discurso, mídias sociais, sociologia e educação no Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem (LEEL-UENF). Parecerista Ad Hoc de revistas científicas e de projetos de extensão das seguintes instituições: IFbaiano, IFS, IFSC, SEEC e UDESC. Membro da Rede de Memória e Museologia Social, da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidade Ibero Latino-Americana - (REGGSILA) e da Red Nacional de Investigadores en el Estudio Socio-Cultural de las Emociones (RENISCE- MÉXICO). Além disso, organizou o dossiê A Produção de Discursos na História: Sociedade, Poder e Linguagem (REVISTA HOMINUM, 2017). Áreas de pesquisa: Comunicação, Mídias Sociais, Pós-modernidade, ódio, Discurso, Sociologia, Educação para os Direitos Humanos e Relações de Poder.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 65, 67, 68, 69, 141, 142, 145, 146, 192, 193, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 257, 283, 295, 308

Acolhimento 57, 65, 66, 105, 152, 176, 177, 237

Aluno surdo 35, 37, 38, 41, 44, 138, 139, 140, 143, 144, 148, 169, 205, 254, 255, 257, 259

Autoetnografia 242, 243, 244, 250, 251

Avaliação psicológica 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80

B

Brincar 50, 54, 102, 103, 131, 137, 182, 193, 274

C

Cegueira 63, 64, 67, 69, 143, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191

Construção da aprendizagem 51, 52, 138

D

Deficiência visual 26, 50, 51, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 169, 186, 229

Desenvolvimento da leitura 82, 83, 87, 88, 89, 90, 93, 94

Desenvolvimento do autista 96, 97

Dificuldades de aprendizagem 82, 83, 85, 86, 94, 95, 117, 118, 121, 122, 127, 158

E

Educação 17, 20, 22, 25, 26, 30, 34, 35, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 80, 82, 87, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 122, 124, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 164, 168, 170, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 223, 224, 234, 236, 239, 240, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 271, 272, 278, 279, 281, 282, 283, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308

Educação com o sonoro 181

Educação de jovens e adultos 149, 150, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 204, 211, 247, 251, 261, 300, 307

Ensino 14, 19, 20, 23, 24, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 47, 48, 50, 51, 55, 65, 67, 76, 82, 83, 84, 87, 90, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122,

130, 131, 132, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 172, 175, 185, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 271, 278, 284, 285, 288, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 304

Ensino colaborativo 33

Ensino de matemática 107, 112

Ensino e aprendizagem 90, 106, 111, 112, 117, 119, 158, 172, 193, 199, 201

Ensino superior 19, 20, 24, 30, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 243, 248, 249, 250, 255, 259

Escrita 22, 33, 35, 52, 55, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 115, 169, 176, 196, 197, 244, 245, 249, 252, 286, 294

Evasão escolar 142, 144, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160

G

Gênero 1, 2, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 236, 238, 240, 242, 243, 245, 308

I

Inclusão universitária 19, 20, 21, 22, 29

Intérpretes de libras 253

J

Jogos didáticos 50, 51

Jogos pedagógicos 192, 193, 194, 195, 196, 201

L

Libras 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 44, 45, 48, 52, 53, 76, 139, 143, 146, 161, 162, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 205, 211, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 282, 283, 284, 285, 289, 290, 294, 295, 296

M

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 34, 63, 67, 70, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 250, 251, 285, 308

Mulheres quilombolas 1, 2, 3, 7, 10, 12, 15, 16, 308

O

Oficinas 25, 219, 220, 295

P

Pais surdos 161, 164, 165, 166, 167, 174, 175, 177, 178, 179, 180

Papéis sociais 234, 235, 237, 238, 239, 268

Papel do afeto 96

Paralisia cerebral diparética 192, 194, 196, 197, 201, 202

Pesca 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 308

Pessoas com deficiência 19, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 57, 58, 59, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 108, 110, 111, 116, 130, 132, 135, 139, 140, 142, 145, 146, 147, 214, 216, 217, 218, 219, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 294

Processo de alfabetização 47, 84, 88, 89, 113, 192, 193, 194, 196, 201

S

Sociedade e Direito 234

Soroban 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

T

Tecnologia 29, 35, 55, 88, 139, 141, 145, 146, 161, 279, 282, 284, 289, 308

Transtorno de déficit de atenção 23, 86, 117, 121, 127

V

Violência na escola 260, 261, 262, 265, 266, 268, 271, 272

Vivências 60, 61, 72, 99, 100, 105, 153, 193, 204, 242, 273, 275, 277

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br